



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1175

## “Filho não me mete medo”: representações e vivências da maternidade nas camadas populares

Tânia Maria Gomes da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Este texto apresenta uma discussão acerca da maternidade e tem como suporte teórico-metodológico os estudos de gênero e a história oral. Sustenta-se nas narrativas de vinte mulheres das camadas populares, entrevistadas de janeiro a agosto de 2004. Naquele momento as discussões apresentavam reflexões acerca da conjugalidade. Anos depois, lançando um novo olhar sobre essa documentação, constatamos que os modos de pensar e de viver a maternidade eram um elemento unificador nas entrevistas. A pesquisa empírica evidenciou que para as mulheres pobres “ser mãe” é um forte elemento de identificação e de construção de identidade.

**Palavras-chave:** Gênero. Maternidade. História oral.

Este artigo, inserindo-se na perspectiva dos estudos de gênero e tendo como suporte teórico-metodológico a história oral, discute representações e vivências da maternidade nas camadas populares. O material empírico que sustenta as argumentações constitui-se de vinte entrevistas coletadas em 2004 quando se analisavam experiências de mulheres vivendo uniões consensuais (SILVA, 2007). A releitura desse material surpreendeu-nos, pois, questionadas sobre a conjugalidade, as falas eram plenas de experiências vinculadas à maternidade. As entrevistas, relidas, mostraram-nos histórias que não havíamos escutado. Julgamos, pois, procedente (re)-visitar essas memórias. Tivemos novos encontros com algumas das entrevistadas e, uma vez que no *corpus* de pesquisa tínhamos quatro mães e suas respectivas filhas, optamos, inicialmente, por esse grupo. Entretanto, apenas duas genitoras e uma filha de cada uma delas foram localizadas e nos deram novos depoimentos em 2013<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Doutora em história pela UFPR. Professora da Faculdade Metropolitana de Maringá e presidente da Comunidade Social Cristã Beneficente, entidade que atende famílias das camadas populares de Mandaguari.

<sup>2</sup> Apenas entrevistas coletadas em 2013 terão destaques no rodapé. As demais foram realizadas em 2004.

As entrevistadas eram moradoras da periferia de Mandaguari<sup>3</sup>, com idades que, em 2004, variavam dos 17 aos 71 anos. Todas eram mães, com média de 3,5 filhos por mulher. Algumas integravam famílias cujos membros possuíam uma razoável inserção no mercado produtivo formal, embora com uma renda pequena<sup>4</sup>, outras estavam em núcleos muito pobres e se viam obrigadas a recorrer à mendicância. Apenas uma era empregada doméstica, sem registro; as demais eram trabalhadoras rurais, chamadas boias-frias; coletoras de material reciclável; diaristas, pensionistas de ex-maridos ou viviam da ajuda de parentes.

Os discursos da historiografia tradicional foram pouco sensíveis às experiências femininas e, se considerarmos as mulheres pobres, temos duas variáveis de exclusão, por gênero e por classe. Entretanto, na década de 1970, começou a se perceber uma crise relacionada ao esgotamento dos paradigmas que, até então, haviam exercido uma influência decisiva no campo científico: marxismo, funcionalismo, estruturalismo e, na historiografia, o da escola dos Annales. Essa crise nas ciências sociais se inscreveu nas novas condições históricas produzidas com as rupturas do mundo pós-guerra, no esgotamento e descrédito de alguns “dogmas” intelectuais até então inquestionáveis. A consequência disso, salutar no caso da historiografia feminina, foi “o afastamento da pesquisa social de seus fundamentos teóricos anteriores e sua aproximação a uma sensibilidade que valorizava o “sujeito” e a ação social” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 178).

Em termos gerais, o que buscamos foi uma interação entre memória e história. Nosso propósito final não foi a busca positivista do efetivamente acontecido, mas a construção de um diálogo que permitisse o reconhecimento da diversidade dos sujeitos, cientes de que “a verdade é uma construção sempre provisória e sempre cambiante” (NEVES, 2009, p.22).

A maternidade é uma experiência sacralizada e naturalizada, espaço em que facilmente visualizamos fronteiras demarcatórias de gênero. Desde meninas, as mulheres internalizam ideias e valores, tais como as de que ser mãe é a coisa mais importante na vida de uma mulher. É difícil escapar a esse destino, a essa “sina”, independentemente de pertencimento de classe, de raça ou de religião. Entretanto,

---

<sup>3</sup> Localizada no eixo Maringá-Londrina, distante 320.05 km da capital Curitiba.

<sup>4</sup> Apenas quatro famílias recebiam acima de 1 salário mínimo, cujo valor à época era de R\$ 260,00. O Programa Bolsa Família estava em seus primeiros momentos. Nenhuma das entrevistadas foi questionada quanto ao cadastro no programa e, espontaneamente, não houve qualquer menção a esse respeito.

ao contrário das mulheres de maior poder econômico-cultural, que têm acesso a um modelo discursivo que, já há algum tempo, passou a compreender a maternidade, especialmente o instinto materno, em uma perspectiva histórica (BADINTER, 1985), aquelas das camadas populares ainda concebem a maternidade como uma experiência profundamente essencializada, como uma condição de ser mulher, de alegria e benção, um *ethos*. Isso fica evidente nas palavras de Fátima<sup>5</sup>, mãe de cinco filhos: “*Filho não me mete medo*”<sup>6</sup>.

O número de filhos por mulher está em declínio em praticamente todos os países do mundo. No Brasil, a taxa de fecundidade passou de 6,16, na década de 40, para 1,9, abaixo da taxa de reposição da população, que corresponde a 2,1 filhos e que garante a substituição das gerações (IBGE, 2012). Segundo Berquó e Cavenagui (2006), a queda mais acentuada ocorreu entre as mulheres mais pobres, menos escolarizadas, negras, domiciliadas nas zonas rurais e nas regiões Norte e Nordeste. Apesar disso, educação e renda continuam negativamente correlacionadas aos níveis de fecundidade.

Em pesquisa com mulheres faveladas, Cardoso (2011) concluiu que filhos são fonte de preocupação tanto quanto de alegrias, e é até possível que as mulheres pobres admitam que talvez vivessem melhor e tivessem menos preocupações se não fossem mães, mas nenhuma de suas entrevistadas achava que um casal sem filho forma verdadeiramente uma família. Essa é uma mentalidade muito resistente, ancorada na crença de que Deus ajuda na criação dos filhos, tidos como “*a riqueza dos pobres*”.

Apenas Eni, 66 anos, confessa corajosa: “*Nunca quis ter filhos. Minha mãe até ficava brava comigo. Fora de brincadeira. Acho que Deus me deu esse castigo. Queria ficar livre*”.<sup>7</sup> Achamos que, ao usar a palavra castigo para se referir aos filhos, ela desconstrói noções naturalizadas do amor materno e pluraliza formas de significados da maternidade. De todo modo, tendo sido mãe sete vezes, evidencia que esse rompimento se faz mais a nível simbólico do que na prática vivencial.

Cuidar dos filhos é uma atividade comumente mais valorizada do que limpar a casa, por isso, a vida das mães quase sempre se organiza voltada aos

---

<sup>5</sup> Todos os nomes utilizados neste artigo são fictícios.

<sup>6</sup> Entrevista realizada em 18 de abril de 2013. Depoente tem 39 anos.

<sup>7</sup> Entrevista realizada em 03 de maio de 2013.

filhos. As entrevistadas mais jovens, no entanto, demonstraram desprazer com esses encargos. É o caso de Aparecida, 29 anos, quatro filhos “(...) *Ai meu Deus, com quatro crianças. Ih, eu prefiro mil vezes pegar uma roça prá carpir no solão quente do que cuidar de criança*”,

Vamos contrapor esse depoimento com o de Elza, 63 anos, também mãe de quatro filhos: “*Não deram muito trabalho. Só eu [para cuidar] e não achava difícil. Eu comecei nova a ter filhos. A mulher de hoje não sabe criar*”<sup>8</sup>.

Enquanto Aparecida, em pleno processo de maternagem, não consegue esconder sua insatisfação, Elza, já distanciada dessa rotina, consegue ser bem menos crítica: “*Eu tinha alegria com meus filhos pequeno. Quanto mais eu tinha, mais eu não ligava. Mulher que não quer ter filho, não quer ter trabalho*”<sup>9</sup>.

Na fala das mães jovens, os filhos são descritos como dando muito trabalho, enquanto as mais idosas as contradizem. É o caso de D. Ângela, 71 anos. Casada aos doze anos e mãe de nove filhos, ela foi abandonada pelo marido quando todos eles eram crianças: “*Meus filho foi criado debaixo de pé de café. Tem um aqui que com quinze dia eu levei prá roça*”. Hoje em dia, considera, “*é mais difícil cuidar dos filhos*”.

Para entender essa percepção das mulheres de que, em tempos passados, era mais fácil ser mãe, buscaremos suporte em Meyer (2006). Segundo ela, ao longo dos séculos XIX e XX, multiplicaram-se os discursos a respeito dos cuidados com os corpos femininos, especialmente os das mães, visando à saúde dos filhos, à proteção à família e ao bem-estar da sociedade. É preciso ensinar às mulheres, especialmente às mais jovens, como devem se comportar não apenas para exercer o ofício da maternidade, mas para que sejam boas mães.

Duas das entrevistadas tiveram experiência com a perda dos filhos por ordem judicial: Dorothea e Fátima. Esta última nos confessa ter ficado em estado de profunda tristeza e desespero. Admite que o marido, envolvido com drogas, não a ajudava a cuidar das crianças e que a casa, onde guardava material a ser vendido para reciclagem, não tinha boas condições de higiene. Sem saber como fazer para reaver as crianças e não recebendo qualquer apoio do companheiro, que continuava envolvido com drogas e terminou abandonando a casa, ela procurava se manter

---

<sup>8</sup> Elza, entrevista realizada em 28 de março de 2013

<sup>9</sup> Idem

confiante. Uma amiga lhe aconselhou que arrumasse “marido”, porque não estando só era mais fácil pegar os filhos de volta. Estamos diante do preconceito contra a mulher sozinha, reforçada na ideia de que somente com a presença de um homem a família se constitui na íntegra e se torna merecedora de respeito. Das cinco crianças, ela inicialmente só conseguiu reaver três, pois dois já haviam sido adotados. O juiz informou que seria difícil recuperá-los, mas a filha terminou voltando para sua guarda porque houve denúncia de maus tratos por parte da família que a acolhera:

Outra entrevistada que teve os filhos retirados pela justiça foi Dorothea. Sua história reúne elementos contraditórios. Ela, inicialmente, disse que quatro de seus cinco filhos foram tomados por ordem judicial, injustamente acusada de trabalhar em um bar como prostituta:

*Os quatro, **de uma vez**. O pequeno é bem dizer estava comigo e tem um que mora em São Paulo, que a irmã do meu marido tirou de nós porque ele bebia. Bebia e batia no menino novinho. O outro (...) quando eu vi que ele estava morrendo e eu não tinha condições de criar, eu fui **obrigada a entregar** para eu não ver ele morrer do meu lado. **Eu entreguei**. (...) A outra menina, mais velha, desde quando nasceu, como eu era muito criança, não tinha juízo, 15 anos, a minha tia criou. Aí tem a menina que tinha seis anos, esta eles [conselho tutelar] vieram aqui em casa, pegaram, levaram, não assinei papel até hoje, não sei o que virou. O [mais novo] mamou no peito até os seis anos, depois o pai pegou. **Eu sofri muito, fiquei muito deprimida, fiquei internada várias vezes, Cheguei a ficar muito doente, às vezes eu achava que ia morrer. (...) tudo isso eu cheguei a passar por causa dos meus filhos.***

Procuramos pelo Centro de Atendimento ao Menor, à Criança e à Família (Cecaf) e fomos informados de que duas crianças de Dorothea haviam sido encaminhadas por ordem judicial a esta Instituição por estarem sofrendo maus tratos e até mesmo abuso sexual por parte de homens que frequentavam a casa em que mãe e avó bebiam às vistas das crianças. Durante todo o tempo em que estiveram abrigadas, havia a possibilidade de as crianças receberem a visita da mãe, o que, segundo relato da coordenadora, não ocorreu.

Na própria fala da entrevistada temos elementos que não se encaixam, pois, se em um primeiro momento afirma que “todos” os filhos lhe foram tirados, em outro confidencia que dois foram entregues à tia e ao Cecaf, por opção dela. O terceiro foi

criado pelo pai, um homem casado com uma mulher infértil que, incapaz de dar um herdeiro ao marido, não hesitou em compartilhar com Dorothea os cuidados com a criança: “Ela era a esposa (...) mas não ligava pelo seguinte: ela sabia que não podia dar um filho pra ele”<sup>10</sup>. Sua fala explicita bem a representação social da mulher estéril.

Sem desconsiderarmos as dificuldades que certamente impediram Dorothea de viver na plenitude seu papel de mãe, é inegável que os discursos enaltecidos da maternidade, que buscam produzir e naturalizar os comportamentos femininos, tornam difícil para ela admitir que, por livre opção, tenha deixado suas crianças. Há uma imagem idealizada da maternidade e um consenso de que perder um filho é a pior coisa que pode acontecer a uma mãe, do qual essa mulher não consegue se descolar. Entendemos que, influenciada por esses saberes normativos, a narrativa de Dorothea não nos traz a mãe que efetivamente foi, mas a mãe que acredita (deveria/desejaria) ter sido. Seu discurso é, ainda assim, válido, à medida que nos traz representações, valores e mitos que permeiam a maternidade.

Eni também perdeu os netos por ordem judicial. Além dos filhos de Dorothea, perdeu também as crianças de outras duas filhas:

*Eu fico triste. (...) Foi que o Conselho Tutelar veio aqui e levou as criança. Diz que eu não posso cuidar das crianças, eu já estou de idade e que é a mãe que tem responsabilidade (sic). Eu acho errado, porque eu posso sim, eu tenho saúde, graças a Deus. (...) Eu me sinto ofendida. Ofende. Eu acho assim... que eles assim..., que eu sou um...como é que eu falo? Minha língua não dá para falar ... um nada, né? Não tem força, não tem capacidade prá nada, me sinto humilhada, é isso.*

Sendo analfabeta, ela constrói as frases com dificuldade, mas não é tímida na entrega de suas confidências. Seu vocabulário é limitado e não é raro que ela pare uma frase para nos pedir ajuda com expressões do tipo “como é que fala isso?” ou “eu não sei falar dessas coisas”, mas é só lhe dar tempo e ela se transforma em uma interlocutora das mais generosas.

Para Rapoport e Piccinini (2013), o nascimento de um filho é um dos momentos mais marcantes na vida de uma mulher, destacando-se como um dos fatores mais importantes do seu bem estar o apoio que ela recebe daqueles que a rodeiam. Os autores informam que geralmente as avós e os pais das crianças são

---

<sup>10</sup> Entrevista realizada em 17 de maio de 2013.

os que mais ajudam. Estes últimos aparecem como a principal fonte de apoio social. Procuramos verificar essa situação entre as nossas entrevistas e é Elza quem nos conta “(...) *quem ajudava era o homem. Ele deixava a água perto de mim para não levantar. Ponhava a bacia em cima da cama e dava banho*”.<sup>11</sup>”

Fátima teve cinco cesáreas. O primeiro companheiro não ajudou, “*quem ajudou foi a minha mãe*”, mas do segundo companheiro não tem queixas. A experiência de Andréa é semelhante. Esses depoimentos que destacam o apoio dos pais às mães parturientes seguem na contramão de falas de outras entrevistadas que descreveram os companheiros como totalmente descompromissados em ajudá-las, seja na lida doméstica, seja no cuidado com os filhos. Talvez o que possamos depreender dessa situação é que, diante da fragilidade da mulher no pós-parto, o comportamento masculino, temporariamente, modifique-se.

Quando uma criança fica doente, não é incomum que seja a mulher quem, sozinha, resolva as dificuldades. Rosário reclama que, se um filho adoecer, o marido diz: “*levanta, vai levar fulano pro pronto socorro, (...) está com febre e eu não posso ir, eu vou ter de trabalhar no outro dia, eu tenho de descansar, amanhã cinco horas eu tenho de pular da cama*”. Júlia, com indisfarçável irritação, também conta que o marido não ajuda nem na doença das crianças. Por isso, Chodorow (1978) reforça que a obrigação de responsabilidade das mulheres com suas crianças, em um nível que não atinge os homens, limita-as à esfera doméstica e cria a base para a diferenciação estrutural das esferas doméstica e pública e do domínio do homem sobre a mulher.

Um dos casais mais pobres a integrar o nosso *corpus* documental foi Roselaine, 43 anos, e o companheiro Miltinho, coletores de material reciclável, morando ora nos fundos da casa do pai dela, ora perambulando de uma cidade para outra em busca de melhores condições de vida. Ela foi mãe duas vezes enquanto trabalhava em uma casa de prostituição. A primeira filha, segundo nos conta, foi roubada por um casal que lhe propôs cuidar da criança enquanto ela ia a um baile e a segunda morreu. Como sofreu laqueadura, ela não pode mais ter filhos, mas o casal tem vontade de adotar “***ou uma ou duas, um menino e uma menina***”.

Poderíamos nos questionar o que faz um casal tão sem recursos ansiar tanto por filhos que, certamente, acarretariam mais dificuldades do que as que

---

<sup>11</sup> Entrevista realizada em 04 de março de 2013 com o objetivo específico de esclarecer o apoio recebido durante os primeiros dias de vida do bebê.

vivenciam na luta pela sobrevivência do dia a dia. Vamos tentar seguir os passos de Geertz (1989) e ver as coisas “do ponto de vista do nativo”, ainda que o autor bem frisou, somente um “nativo” está efetivamente apto a fazer essa interpretação. Parece-nos que os filhos, para Roselaine, têm uma dupla função: consolidariam a família e reparariam uma “injustiça” com Miltinho, pois, como nos confessa, “*ele até vivia largando de mim dizendo que eu não queria **dar** um filho prá ele*”. Foi preciso a família intervir para convencê-lo de que, devido à laqueadura, ela estava impossibilitada de gerar uma vida. Contudo, não estamos diante de uma situação atípica. Beatriz é outra que declara: “*já **dei** dois prá um, o outro fica cobrando: “Ah, você **deu** um casal de filho para ele*”. O uso do verbo “dar” não nos parece, aqui, desprovido de sentido. Não é apenas uma informação, pois no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo de construção desses sujeitos e de produção de sentidos (ORLANDI apud CRESCÊNCIO, 2011). É preciso, pois, pensar a expressão, considerando-se os sistemas simbólicos que operam na construção da identidade feminina, vinculada à possibilidade, só possível às mulheres, de dar/gerar vidas, que modelam seus comportamentos e produzem subjetividades.

Em **O segundo sexo**, sua obra ontológica, Simone de Beauvoir (1980, p.280) afirmava: “*o filho é um tirano, um fardo*”. Mais de meio século separa essa colocação da que nos foi feita pela entrevistada Fátima: “*o filho é vitória*”. Estamos, é inegável, diante de mulheres com condições socioeconômicas e culturais das mais díspares, mas vamos tomar suas falas como motes para pensarmos rapidamente como as feministas pensaram a reprodução.

Para Thébaud (apud JANINE, 2003), a maternidade sempre esteve no centro das definições culturais e históricas da luta de libertação das mulheres. Defendida como uma função social, as primeiras feministas se valeram da maternidade para reivindicarem direito ao voto, à educação, ao trabalho e o livre acesso ao espaço público, a fim de que pudessem se tornar melhores mães e esposas. Entretanto, aceitar que a maternidade era o destino de toda mulher ensejava o fortalecimento do essencialismo e engessava possibilidades de mudanças futuras nas relações de gênero. Assim, autoras como Beauvoir (1980) e Firestone (1976) denunciaram a maternidade como fonte primária de opressão, um confortável campo de

concentração, no dizer de Betty Friedan (1971). Esses discursos ácidos contribuíram para afastar muitas mulheres do movimento feminista.

Um novo contexto tomaria forma na década de 1980, quando ganhou força o chamado “Feminismo da Diferença”. Desde então, na busca de uma visão alternativa de revalorização das experiências concretas e simbólicas das mulheres, essa corrente do feminismo passou a valorizar a maternidade como elemento de oposição ao poder, pensando-a a partir de uma ética dos cuidados com a vida e o mundo. Anteriormente vista como forma de opressão individual e coletiva das mulheres, a maternidade passou a ser (re)discutida e (re)pensada como entranhada à identidade feminina. As mulheres seriam portadoras de uma outra cultura e de um outro projeto social, nos quais a valorização das dimensões simbólicas e metafóricas da maternidade não seriam desprezadas. Como gerar vidas é uma prerrogativa exclusivamente feminina, teóricas feministas, como Adrienne Rich, Nancy Chodorow, Helene Cixous, Luce Irigaray e Julia Kristeva, passaram a defender a maternidade como elemento de valorização da mulher, dando ensejo à valorização da diferença, da alteridade, do outro (DESCARRIES, 2000).

Está assim posto que, na sociedade atual, a maternidade se encontra em uma encruzilhada, já que ora é tida como um dos pilares que sustenta o patriarcado, portanto, fonte de opressão, sacrifício e desvalorização, ora lócus de poder, autorrealização e reverência (TUTTLE apud STEVENS, 2007). Operadora de divisões, dizem Collin e Laborie (2009), ela estrutura as oposições teóricas das lutas feministas.

Neste contexto, o que quisemos destacar é o papel valorativo da maternidade nas camadas populares defendendo que, nesse segmento social, as reviravoltas do pensamento feminista proporcionaram pouco sobressalto: as mulheres nunca desistiram efetivamente de ser mães. Elas se orgulham da maternidade e os filhos dão sentido às suas vidas feitas de poucas perspectivas e sonhos abortados.

Quando reproduzimos a nossa história, conferimos sentido às nossas vidas, ensina-nos o cineasta Eduardo Coutinho, em “Jogos de Cena” (2007), documentário em que reproduz, com muita sensibilidade, depoimentos de 23 mulheres comuns. Foi o que nós, evidentemente sem a mesma maestria, buscamos aqui realizar: trazer à cena sujeitos que, em função do gênero e da classe social, têm ficado relegados ao silêncio. Ainda que uma dose de insegurança pesasse sobre nossos ombros ao

nos aventurarmos pelo diálogo com um grupo com o qual guardávamos expressivo distanciamento - falando a mesma língua, mas nem sempre a mesma linguagem - não foi sem uma pontada de alegria que recuperamos as vidas dessas mulheres comuns imersas em um cotidiano dos mais singelos.

## REFERÊNCIAS

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução Andréa Dore. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo. A experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, v. 2.

BERQUÓ, Elza, CAVENAGUI, Suzana. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. In: **Novos estudos**. 74. Março, 2006, p. 11-16, 2006 Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/nec/n74/2936.pdf](http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/2936.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2014.

CARDOSO, Ruth. “É de pequenino que se torce o pepino”: consanguinidade e educação em famílias faveladas. In: **Obra reunida**. Teresa Pires do Rio Caldeira (Org.). São Paulo: Mameluco, 2011, p. 185-196.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

COLLIN, Françoise; LABORIE, Françoise. Maternidade. In: **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, p.133-137.

CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. Quem tem medo do feminismo? In: **Historiae**, v.2, n.2, Rio Grande, Universidade Federal do Rio Grande, p.137-151, 2011.

DESCARRIES, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. In: **Textos de história**. v. 8, n. 1, 2000. Disponível em [www.bce.unb.br/index.php/textos/article](http://www.bce.unb.br/index.php/textos/article). Acesso em março de 2012.

FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo**. Rio de Janeiro: Labor, 1976.

GEERTZ, Cliford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Resultados gerais da amostra. Abril de 2012. In: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

MEYER, Dagmar E. Estermann. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. In: **Revista Gênero**. Niterói: Nute-Eduff, v. 6, n. 1, p.81-104, 2006.

NEVES, Margarida de Souza. Nos compassos do tempo. A história e a cultura da memória. In: **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rachel Soihet et al. (org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 21-34.

RAPPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. Apoio social e experiência da maternidade. In: **Revista Brasileira de Crescimento e desenvolvimento humano**. v. 16, n. 1, São Paulo, abril 2006. Disponível em [www.revistausp.br/scielo.php?pid=so104](http://www.revistausp.br/scielo.php?pid=so104). Acesso em 13 de janeiro de 2014.

SILVA, Janine Gomes da. Sobre a “aventura intelectual da história das mulheres”: entrevista com Françoise Thébaud. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 11(1), jan-jun, p. 195-216, 2003.

SILVA, Tânia Maria Gomes da Silva. “**Você acha que a gente vai poder com homem?**”. **Práticas conjugais entre mulheres das camadas populares**. (Paraná, 2007). Curitiba, 2017, 187f. Tese (Doutorado em História), UFPR, 2007.

STEVENS, Cristina. Maternidade e feminismo: diálogos na literatura contemporânea. In: **Maternidade e feminismo: diálogos contemporâneos**. \_\_\_\_\_ (Org). Florianópolis: Editora Mulheres. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007, p. 17-78.

## **DOCUMENTÁRIO**

JOGOS de cena. Direção: Eduardo Coutinho. **Documentário**. Brasil, 2007. DVD (104 min).